

# TRADUÇÃO

---

VOLUME 2 ▸ NÚMERO 4 ▸ VERÃO 2005

## **T**RÊS DISCURSOS SOBRE A CONDIÇÃO DOS GRANDES

*Blaise Pascal*

*Apresentação, tradução e notas de  
João Emílio Fortaleza de Aquino \**

---

\* Doutor em Filosofia pela *Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)*, Professor de Filosofia na Graduação e no Mestrado Acadêmico em Filosofia da *Universidade Estadual do Ceará (UECE)* e na Graduação em Psicologia da *Universidade de Fortaleza (UNIFOR)*.



A CONDIÇÃO HUMANA, A CONDIÇÃO DOS GRANDES E A  
CONDIÇÃO DA JUSTIÇA

APRESENTAÇÃO DE *TRÊS DISCURSOS SOBRE A CONDIÇÃO DOS GRANDES*,  
DE BLAISE PASCAL

*A Enéias,  
como provocação e amizade*

*Três discursos sobre a condição dos Grandes* não é, para o texto aqui traduzido, um título retórico. De fato, o que temos sob os olhos como *texto* foram, antes, *discursos* pronunciados por Blaise Pascal, em seu leito, possivelmente no final de 1660, a seu amigo Pierre Nicole, que os anotou e os publicou, cerca de dez anos mais tarde (1670), em seu *Traité de l'éducation d'un prince*, sob o título *Discours de feu M. Paschal sur la condition des Grands*. Um dos últimos esforços reflexivos de Pascal, que iria morrer em 1662, esses discursos retomam, de modo um pouco mais sistemático, embora menos ousado conceitualmente, os fragmentos classificados sob o título “Razões dos efeitos” nos *Pensamentos*. Trata-se, portanto, de uma reflexão em torno do político. A ocasião em que ela se desenvolveu foi seu envio, em forma de carta, para Charles-Honoré de Chevreuse, herdeiro do duque de Luynes<sup>1</sup>.

Nestas poucas páginas, Pascal retoma, de forma concisa e, às vezes, elíptica do ponto de vista conceitual, três dimensões de seu pensamento, dimensões estas que seguem quase diretamente a divisão deste texto em três discursos.

---

<sup>1</sup> Cf. B. Pascal, *Oeuvres complètes*, Prefácio de Henri Gouhier, apresentação e notas de Louis Lafuma. Paris: Éditions du Seuil, 1963, p. 366.

Em primeiro lugar, está aqui pressuposta a inteira reflexão sobre a condição humana que ocupa a maior parte dos maços classificados de anotações que iriam compor sua *Apologia da religião cristã*. Sucintamente, é este topos categorial que enforma a comum condição dos Grandes<sup>2</sup> e dos demais homens, provindo daí a necessidade, para o rei, de saber-se em nada distinto, por natureza, de seus súditos; que explicita a natureza casual do papel do indivíduo na sociedade e, mais ainda, da sua simples existência; enfim, que compreende, ao final do terceiro discurso, a inevitabilidade da “perda”, isto é, do depercimento de toda condição socialmente distinta, do desmoronamento de todo domínio terreno, da morte de todo governante.

Em segundo lugar, como aparato metafísico desse deslindamento da comum condição humana da qual os Grandes não se distinguem, encontra-se a concepção pascaliana da *segunda natureza*, cuja origem são os conceitos religiosos e teológicos de *pecado original* e *queda*. Na segunda natureza, esta em que o homem se encontra em seu estado de decaimento após o pecado original, a existência humana se constitui radicalmente enquanto *çthos*, “hábito”, “costume”, e não mais, de modo algum, enquanto *phýsis*; é enquanto *coutume*, pois, e não como *nature vraie* que o homem constitui sua existência individual e comunitária. Este ponto de partida, realmente fundamental a toda reflexão de Pascal, expressa-se em suas concepções acerca do *divertissement*, da imaginação, dos costumes em sua multiplicidade histórica e, por fim, do político. Neste último âmbito, justamente, a concepção

---

<sup>2</sup> No francês do século 17, o termo *Grand* indica, entre outras coisas, importância social, na maior parte das vezes com base em título nobiliário. A análise pascaliana da condição dos Grandes trata, então, da humana condição dos nobres governantes.

pascaliana de segunda natureza embasa a crítica das noções de lei natural e direito natural; constitui sua distinção entre *grandezas de estabelecimento* e *grandezas naturais* e, em decorrência, sua afirmação de que o historicamente estabelecido (como nós diríamos hoje) só em si mesmo pode encontrar legitimidade. Qualquer violação do que foi estabelecido constitui-se, diz Pascal, numa “injustiça”. Ora, se tivermos em vista vários dos fragmentos dos *Pensamentos*, observa-se claramente que aqui Pascal mantém “em segredo” sua concepção de que todo o estabelecimento legal nasce da força e, pela ação da imaginação do povo, converte-se em costume, sendo este mesmo, portanto, um fruto da força e, apenas por isso, elemento de legitimação da lei que lhe é conata. Em contrapartida, Pascal ressalta isoladamente nestes discursos – quando neles diz que a violação da lei estabelecida é uma injustiça – o seu critério de legitimação negativa de todo poder terreno: “o maior mal é a guerra civil”, diz ele em vários fragmentos dos *Pensamentos*.

Em terceiro lugar, a esta concepção negativa de justiça – negativa pois justificada pelo absurdo moral de seu contrário: a guerra civil – Pascal acrescenta aqui uma concepção positiva de justiça, concepção esta que ele ensaia em alguns dos fragmentos dos *Pensamentos*. Trata-se de uma concepção de justiça que ajunta a noção geométrica da “ordem numérica”, que o próprio Pascal havia demonstrado em seu *Traité du triangle arithmétique* (1654), com a noção teológica de que o mundo após a queda se constitui de um mundo da concupiscência. De modo sucinto, Pascal concebe o desenvolvimento positivo das concupiscências, das necessidades e dos desejos humanos como “qualidades naturais” que, em sua distinção, se constituem em ordens distintas e às quais correspondem, em sua noção de

justiça, deveres proporcionais. É, portanto, uma concepção qualitativa de justiça, pois assentada no respeito ou estima pelas qualidades distintivas dos indivíduos, qualidades de ordens ou gêneros distintos, não equivalentes ou comensuráveis entre si. Deste modo, as noções de ordem e proporcionalidade embasam, em primeiro lugar, uma justaposição ou parataxia entre as grandezas de estabelecimento e as grandezas naturais, justaposição ou parataxia que se reafirma, contudo, entre as grandezas ou qualidades naturais dos indivíduos, pois não proporcionais ou comensuráveis entre si, merecendo cada qual a estima ou o respeito correspondente. Diferentemente do que ocorre quanto às anteriores considerações acerca da relação entre força e lei, Pascal neste texto diz mais sobre sua concepção positiva de justiça do que o faz nos *Pensamentos*.

Nas últimas duas décadas cresce o interesse pelo pensamento político de Pascal; em consequência, aumenta o interesse por este pequeno texto<sup>3</sup>. A importância desta retomada tem sido, num primeiro lance, a dissolução da imagem de um Pascal desinteressado pelas coisas do mundo e pelos problemas éticos e políticos; em seu lugar, tem aparecido um pensador profundamente enraizado nos problemas de seu tempo, e não apenas nos problemas religiosos, mas nos filosóficos e políticos. Num segundo lance, ocorre uma apreciação positiva do próprio conteúdo doutrinal de suas reflexões políticas, em vista de uma atualidade de sua crítica da tirania e de sua proposição de uma justiça afirmadora da multiplicidade e das distinções qualitativas.

---

<sup>3</sup> Cf., entre outros, G. Ferreyrolles, *Pascal et la raison do politique*, Paris, PUF, 1984; C. Lazzeri, *Force et justice dans la politique de Pascal*, Paris, PUF, 1993; B. M. Delamarre, *Pascal et la cité des hommes*, Paris, Ellipses, 2001.

## TRÊS DISCURSOS SOBRE A CONDIÇÃO DOS GRANDES

BLAISE PASCAL

### Primeiro Discurso

Para entrar no verdadeiro conhecimento de vossa condição, considerai-a nesta imagem.

Um homem é jogado pela tempestade numa ilha desconhecida cujos habitantes estavam inquietos por encontrar seu rei, que se perdera; e, tendo muitas semelhanças de corpo e rosto com esse rei, é tomado por ele e reconhecido nessa qualidade por todo esse povo. De início ele não sabia que decisão tomar, mas resolve-se enfim a entregar-se à sua boa fortuna. Ele recebeu todos os respeitos que se lhe quis dar e se deixou tratar como rei.

Mas, como não podia esquecer sua condição natural, ele refletia que não era aquele rei que esse povo procurava, e que esse reino não lhe pertencia. Assim ele tinha um duplo pensamento: um pelo qual agia como rei, outro pelo qual reconhecia seu estado verdadeiro, e que não fora mais que o acaso que o havia colocado no lugar em que estava. Ele escondia este último pensamento e descobria o outro. Era pelo primeiro que ele tratava com o povo, e pelo último que tratava consigo mesmo.

Não imaginai que seja por um acaso menor que possuíis as riquezas das quais vos encontrais senhor<sup>1</sup> do que aquele pelo qual aquele homem se encontrava rei. Não tendes nenhum direito por vós ou por vossa natureza, não mais que

---

<sup>1</sup> *Maître*: aquele que exerce alguma dominação ou autoridade numa relação hierárquica.

ele: e não somente não vos encontrais filho de um duque, mas não vos encontrais no mundo, senão por uma infinidade de acasos. Vosso nascimento depende de um casamento, ou antes, de todos os casamentos daqueles de quem descendeis. Mas de que esses casamentos dependem? De uma visita feita por encontro,<sup>2</sup> de um discurso no ar, de mil ocasiões imprevistas.

Tendes, dizeis, vossas riquezas de vossos ancestrais; mas não é por mil acasos que vossos ancestrais as adquiriram e as conservaram? Imaginais também que seja por alguma lei natural que esses bens passaram de vossos ancestrais a vós? Isso não é verdadeiro. Essa ordem somente se funda sobre a tão-só vontade dos legisladores que puderam ter boas razões, das quais porém nenhuma é tomada de um direito natural que tendes sobre essas coisas. Se lhes tivesse agradado ordenar que esses bens, após haver sido possuídos pelos pais durante sua vida, retornariam à república após sua morte, não teríeis nenhum motivo para disso vos lamentar<sup>3</sup>.

Assim, todo o título pelo qual possuíeis vosso bem não é um título de natureza, mas de um estabelecimento humano. Um outro giro de pensamento naqueles que fizeram as leis vos teria tornado pobre; e é somente esse encontro do acaso que

---

<sup>2</sup> *Rencontre*: encontro; aqui no sentido de um encontro não marcado, não-planejado, isto é, não-proposital. Distinto de *rendez-vous*, encontro marcado. Pascal busca justamente acentuar nesta passagem a natureza casual, não-necessária, da existência de quaisquer indivíduos, neste caso, dos reis.

<sup>3</sup> Em toda essa passagem, encontra-se a crítica pascaliana da moderna teoria do direito natural. Para ele, a vida civil não se regula por lei e/ou direito natural, mas apenas pelo convencional, pelo historicamente estabelecido, ao qual concorrem os acasos. Mas não se trata, por isso, de uma impossibilidade de legitimidade do estabelecimento humano, mas sim que tal legitimidade só pode encontrar-se no próprio estabelecimento humano, o qual, entendido como situado no estado de concupiscência, deve buscar garantir a justiça das concupiscências e, justamente assim, evitar a tirania.

vos fez nascer com a fantasia das leis favoráveis a vosso respeito que vos coloca em posse de todos esses bens.

Não quero dizer que eles não vos pertencem legitimamente e que seja permitido a um outro de vos os violar; pois Deus, que delas é o senhor, permitiu às sociedades fazer leis para as partilhar; e quando essas leis são uma vez estabelecidas, é injusto violá-las. É o que vos distingue um pouco daquele homem que possuiria seu reino somente por engano do povo; porque Deus não autorizaria aquela posse e o obrigaria a renunciar a ele, enquanto autoriza a vossa. Mas o que vos é inteiramente comum a ele é que o direito que tendes ao vosso reino não é nada fundado, não mais que o dele, sobre alguma qualidade e sobre algum mérito que esteja em vós e dele vos torne digno. Vossa alma e vosso corpo são de si mesmos indiferentes à condição de barqueiro ou à de duque; e não há nenhum vínculo natural que os ligue a uma condição de preferência a uma outra.

Que resulta daí? Que deveis ter, como este homem de quem falamos, um duplo pensamento; e que, se agis exteriormente com os homens segundo vossa classe, deveis reconhecer, por um pensamento mais escondido contudo mais verdadeiro, que não tendes nada naturalmente acima deles. Se o pensamento público vos eleva acima do comum dos homens, que o outro vos abaixe e vos mantenha em uma perfeita igualdade com todos os homens; pois este é vosso estado natural<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> O “estado natural” aqui em questão não significa nenhum “estado de natureza” anterior e distinto da sociedade (ou Estado) civil, mas diz respeito à natureza do homem tal como somos e podemos nos conhecer, a saber, situados na “segunda natureza”. Em segunda natureza, somos o que somos em igualdade de corpo e de alma, não havendo neste âmbito, por natureza, qualquer distinção hierárquica, vertical, entre os indivíduos.

O povo que vos admira não conhece talvez este segredo. Crê que a nobreza é uma grandeza real e considera quase os grandes como de uma outra natureza que os outros. Não lhes descobri esse erro, se quereis; mas não abusai dessa elevação com insolência, e sobretudo não vos desconheci vós mesmos acreditando que vosso ser tem alguma coisa de mais elevada que o dos outros.

Que diríeis desse homem que teria sido feito rei por engano do povo, se ele viesse a esquecer de tal modo sua condição natural a ponto de imaginar que aquele reino lhe era devido, que o merecia e que ele lhe pertencia de direito? Admiraríeis sua insensatez e seu desatino. Mas há menos de insensatez e desatino nas pessoas de condição que vivem num tão estranho esquecimento de seu estado natural?

Quão importante é este conselho! Pois todos os arrebatamentos, toda a violência e toda a vaidade dos grandes vêm de que eles não conhecem absolutamente o que são: sendo difícil que aqueles que se olhassem interiormente como iguais a todos os homens, e que estivessem bem persuadidos de que não têm nada em si que mereça essas pequenas vantagens que Deus lhes deu acima dos outros, os tratassem com insolência. É preciso esquecer-se de si mesmo para isso e crer que se tem alguma excelência real acima deles; nisso consiste essa ilusão que eu me esforço de vos descobrir<sup>5</sup>.

---

CONTINUAÇÃO DA NOTA 4:

Contudo, justamente por estarmos no estado de concupiscência da segunda natureza, distinguimo-nos horizontalmente uns dos outros por “qualidades naturais”, que nada mais são do que distintas concupiscências desenvolvidas. Por isto mesmo, a justiça significa, para Pascal, o reconhecimento das ordens distintas em que se situam as concupiscências, ordens qualitativamente distintas cujo desconhecimento produziria a tirania.

<sup>5</sup> O délfico e socrático *conbece-te a ti mesmo* significa aqui saber-se igualmente finito, mortal, concupiscente e falível, condição para que o governante não se exceda. É esta excedência, esta *démeseure*, que, na versão pascaliana da moral clássica do comedimento, conforma a tirania.

## Segundo Discurso

É bom, senhor, que saibais o que se vos deve a fim de que não pretendais exigir dos homens o que não vos é devido; pois isso é uma injustiça visível: e contudo ela é muito comum àqueles de vossa condição, porque desta eles ignoram a natureza.

Há no mundo dois tipos de grandezas; pois há grandezas de estabelecimento e grandezas naturais. As grandezas de estabelecimento dependem da vontade dos homens que acreditaram com razão dever honrar alguns estados e a eles atribuir alguns respeitos. A dignidade e a nobreza são desse gênero. Em um país são honrados os nobres, noutro os plebeus; neste aqui os primogênitos, naquele outros os caçulas. Por que isto? Porque aprouve aos homens. A coisa era diferente antes do estabelecimento; após o estabelecimento ela se torna justa, porque é injusto perturbá-la.

As grandezas naturais são as que são independentes da fantasia dos homens, porque elas consistem nas qualidades reais e efetivas da alma e do corpo, qualidades que tornam uma ou outro mais estimável, como as ciências, a luz do espírito, a virtude, a saúde, a força.

Devemos alguma coisa a uma e a outra dessas grandezas; mas como são de uma natureza diferente, devemo-lhes também diferentes respeitos.

Às grandezas de estabelecimento, devemo-lhes respeitos de estabelecimentos, isto é, algumas cerimônias exteriores que devem ser, não obstante, acompanhadas, segundo a razão, de um reconhecimento interior da justiça dessa ordem, mas que não nos fazem conceber alguma qualidade real naqueles que honramos desse modo. É preciso

falar aos reis de joelhos; é preciso manter-se em pé no quarto dos príncipes. É somente uma tolice e uma baixeza de espírito recusar-lhes esses deveres.

Mas para os respeitos naturais, que consistem na estima, nós os devemos somente às grandezas naturais; e devemos, ao contrário, o desprezo e a aversão às qualidades contrárias a essas grandezas naturais. Não é necessário, porque sois duque, que eu vos estime; mas é necessário que eu vos saude. Se sois duque e *honnête homme*,<sup>6</sup> farei o que devo a uma e a outra dessas qualidades. Não vos recusarei absolutamente as cerimônias que vossa condição de duque merece, nem a estima que merece a de *honnête homme*. Mas se fôsseis duque sem ser *honnête homme*, eu vos faria ainda justiça; pois vos cumprindo os respeitos exteriores que a ordem dos homens atribuiu a vosso nascimento, não deixaria de ter por vós o desprezo interior que mereceria a baixeza de vosso espírito.

Eis em que consiste a justiça desses deveres. E a injustiça consiste em atribuir os respeitos naturais às grandezas de estabelecimento ou em exigir os respeitos de estabelecimento para as grandezas naturais. M. N... é um maior geômetra que eu; nessa qualidade ele quer me preceder: eu lhe direi que disso não entende nada. A geometria é uma grandeza natural; ela requer uma preferência de estima; mas os homens não lhe atribuíram nenhuma preferência exterior. Passar-lhe-ei, portanto, adiante; e o estimarei mais que eu, na qualidade de

<sup>6</sup> *Honnête homme*. o equivalente, no francês do século 17, ao nosso “homem de bem”; é a influência, sobre a idade clássica, do *spondaios* ou do *andros agathoi* aristotélicos. Em outras palavras, é o indivíduo socialmente considerado bom e virtuoso.

geômetra<sup>7</sup>. Do mesmo modo se, sendo duque e igual, vós não vos contentásseis que eu me mantenha às claras diante de vós, e que quisésseis ainda que eu vos estimasse, eu vos pediria mostrar-me as qualidades que merecem minha estima. Se o fizésseis, ela vos seria adquirida, e eu não vos a poderia recusar com justiça; mas se não o fizésseis, seríeis injusto ao ma solicitar, e seguramente não a teríeis alcançado, fósseis o maior príncipe do mundo.

### Terceiro Discurso

Quero vos fazer conhecer, senhor, vossa verdadeira condição; pois esta é a coisa do mundo que as pessoas de vossa sorte mais ignoram. Que é, em vossa opinião, ser um grande senhor?<sup>8</sup> É ser senhor de vários objetos da concupiscência dos homens, e assim poder satisfazer às necessidades e aos desejos de vários. São essas necessidades e esses desejos que os atraem para perto de vós e que fazem com que eles se submetam a vós: sem isso eles nem sequer vos olhariam; mas eles esperam, por esses serviços e essas deferências que vos rendem, obter de vós qualquer parte desses bens que desejam e os quais vêem que dispondes.

Deus é rodeado por pessoas cheias de caridade, que lhe demandam os bens da caridade que estão em seu poder: assim, ele é propriamente o rei da caridade.

Vós sois do mesmo modo rodeado por um pequeno número de pessoas, sobre as quais reinais de vossa maneira.

---

<sup>7</sup> Isto é, sendo M. N. maior geômetra que eu, posso anteceder-me a ele, exteriormente, em honras exteriores; porém, reconhecendo-o como maior geômetra, devo reconhecer esta sua qualidade natural à qual devo estima. O contrário disso seria injustiça.

<sup>8</sup> *Seigneur*: titulação de nobreza, própria do antigo regime. Quem é *seigneur*, é também *maitre*, mas este último não necessariamente possui um título nobiliário.

Essas pessoas são cheias de concupiscência. Elas vos solicitam os bens da concupiscência; é a concupiscência que as liga a vós. Sois, portanto, propriamente um rei da concupiscência. Vosso reino é pouco extenso; mas nisso sois igual aos maiores reis da terra: eles são, como vós, reis da concupiscência. É a concupiscência que faz a força deles, isto é, a possessão das coisas que a cupidez dos homens deseja.

Mas, conhecendo vossa condição natural, usai dos meios que ela vos dá, e não pretendi reinar por outra via que por aquela que vos faz um rei. Absolutamente não é vossa força e vosso poder natural que a vós sujeita todas essas pessoas. Portanto, não pretendi, absolutamente, dominá-las pela força, nem as tratar com dureza. Contentai seus justos desejos; satisfazei suas necessidades; tenhai prazer em ser beneficente; adiantai-vos a eles tanto quanto podeis, e agireis como verdadeiro rei da concupiscência.

O que vos digo não vai muito longe; e se permanecerdes aí, não deixareis de vos perder; mas, pelo menos, vós vos perdereis como *honnête homme*. Há pessoas que se danam tão tolamente, pela avareza, pela brutalidade, pelos excessos, pela violência, pelos desatinos, pelas blasfêmias! O meio que vos abro é sem dúvida mais honesto; mas em verdade existe sempre uma grande loucura com que se danar; e é por causa disso que não é preciso permanecer aí. É preciso desprezar a concupiscência e seu reino, e aspirar a esse reino de caridade onde todos os sujeitos somente respiram a caridade e somente desejam os bens da caridade. Outros que eu vos dirão o caminho desse reino: basta-me vos ter desviado dessas vias brutais em que vejo que várias pessoas de vossa condição se deixam levar por não conhecer bem o estado verdadeiro dessa condição.